

L E I nº 2.677/2006

Data : 10 de outubro de 2006.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar contrato de cessão de box, situado no armazém cedido ao cedente pela União Federal, nos termos da Portaria nº 438, de 01/08/94, publicada no Diário Oficial da União, em 03/08/94, com a empresa **STAR PLAST. IND. COM. MAQ. LTDA.**, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar contrato de cessão do Box nº 07, com área construída de 576,00 m², e área descoberta com 28,00 m², totalizando a área de 604,00 m² (seiscentos e quatro metros quadrados), situado no armazém, onde funcionava o IBC, cedido ao cedente pela União Federal, sob regime de aforamento, nos termos da Portaria nº 438, de 01/08/94, do Ministro da Fazenda, publicada no Diário Oficial da União, em 03/08/94, com a empresa **STAR PLAST. IND. COM. MAQ. LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.411.776/0001-55, com sede nesta cidade de Bandeirantes(PR), pelo prazo de 07 (sete) anos.

Parágrafo Único – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, desde já, por sua conveniência, a prorrogar o prazo desta cessão por igual período.

Art. 2º - O box a que se refere o artigo anterior, destina-se às atividades no ramo de injeção plástico, que gerará cerca de 25 (vinte e cinco) empregos.

Parágrafo Único – A cessionária se obriga a manter durante o contrato de cessão dos boxes, 25 (vinte e cinco) empregos diretos, sob pena de considerar-se rescindido de pleno direito o referido contrato.

Art. 3º - Responderá a cessionária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, objetivando os boxes mencionados no artigo 1º desta Lei.

Art. 4º - Ocorrendo a rescisão da cessão, sob regime de aforamento, pela União Federal, conseqüentemente a retomada total do imóvel, a presente cessão pelo Município tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito à empresa cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas.

Art. 5º - Os direitos e obrigações aqui mencionadas não excluem os outros explícitas ou implicitamente decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 10 de outubro de 2006.

José Fernandes da Silva  
Prefeito Municipal